

UMA HIPÓTESE PLAUSÍVEL DA IDENTIDADE DO “EU” DE ROMANOS 7

*Jair de Almeida Jr.**

RESUMO

Quando lemos o texto de Romanos 7.7-25, vem à nossa mente a necessidade de um modelo ou parâmetro para a descrição ali feita pelo apóstolo dos gentios. Quando pensamos em comportamentos, até involuntariamente é comum serem projetadas em nossa mente, tal qual filme marcante, situações vividas por nós ou de nosso conhecimento, presenciadas ou não, que passam a servir de base para a atitude específica que estamos mentalizando. Devido a esse fenômeno, é muito provável que Paulo tenha se lembrado de alguém ao descrever o “eu” de Romanos 7, que passou a “posar”, como imagem ideal na mente do apóstolo, para o retrato que pretendia “pintar”. Quem seria esse indivíduo? Em nossa opinião, a hipótese de ser o chamado “jovem rico”, conforme descrito em Marcos 10, reveste-se de razoável plausibilidade. Na verdade, não seria o personagem específico do evangelho, mas seu modelo de judeu apegado à Lei, que queria, através dela, alcançar o reino de Deus. A hipótese repousa sobre a probabilidade da utilização de Marcos 10, por parte de Paulo, para a composição de Romanos 7. Dessa forma, o “eu” descrito aos romanos refletiria, anonimamente, a personalidade de um judeu apegado à Lei, sendo aquele jovem aristocrata um bom exemplo. São fatos relevantes nessa consideração: 1) a antiguidade e a tradição histórica do Evangelho de Marcos, possivelmente escrito em Roma por João Marcos, registrando a apresentação da vida de Jesus feita por Pedro aos crentes daquela localidade; 2) a utilidade desse evangelho para o apóstolo, fazendo uso de um assunto comum e de se-

* O autor é mestre em teologia pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper e pastor titular da 1ª Igreja Presbiteriana de Itajaí, Santa Catarina.

guro conhecimento de sua audiência; 3) a seqüência de temas de Marcos 10 e Romanos 7, que apresentam nítida correspondência.

PALAVRAS-CHAVE

Jovem rico; Evangelho de Marcos; “Eu”; Epístola aos Romanos; Seqüência temática; Judeu piedoso.

INTRODUÇÃO

O texto de Romanos 7.7-25 tem sido grandemente debatido pelos estudiosos por causa do uso *sui generis* que Paulo faz da primeira pessoa do singular. Quem seria o “eu” referido ali pelo apóstolo? Seria um personagem específico? Se a resposta for afirmativa, há alguma possibilidade de identificá-lo? Ou seria o caso de ser apenas um modelo formado na mente de Paulo, objetivando personificar um tipo de existência pretendido pelo apóstolo? É nossa opinião que se trata de um não-regenerado, como que “encarnado” por um convertido. Assim, Paulo teria conduzido sua audiência romana, membros da igreja, a experimentarem o que seria a vida de alguém que deposita sua confiança no cumprimento da Lei, ao invés da graça de Cristo.¹ Na verdade, como expõe Lloyd-Jones, a interpretação do “eu” de Romanos 7 como sendo um não-regenerado era praticamente unânime entre os pais da igreja pré-agostinianos. Por exemplo, Orígenes cria ser completamente indevido e incongruente com a dignidade apostólica de Paulo atribuir-lhe o *status* de estar sob o cativo da Lei e do pecado e a confissão de que em seus membros governa uma lei que, por sua vez, subjuga a lei de sua mente (Rm 7.18,23). Orígenes argumenta que as Escrituras têm o costume de mudar, de forma sutil, a *persona* em relação aos assuntos que pretendem discutir. Portanto, quando o apóstolo diz que é “carnal”, ele está, na verdade, tomando sobre si a *persona* do fraco. Paulo assume a figura de quem está sob a carne e vendido à escravidão do pecado.² Todavia, embora tenha abraçado esta concepção no início, Agostinho mudou de opinião posteriormente, afirmando que o texto se refere ao regenerado. Eis a razão pela qual os reformadores, estando apegados ao bispo de Hipona e sendo, por isso, influenciados diretamente por ele, atribuíram em uníssono essa passagem à experiência do regenerado.³

Fincando o pé na interpretação de um não-regenerado, especialmente um judeu sinceramente apegado à Lei analisado em contraste com a experiência

¹ ALMEIDA JR., Jair de. A agonia e o fracasso do não-regenerado em Romanos 7.7-25. Dissertação de Mestrado, Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, 2006.

² ORIGEN, Commentary on the Epistle to the Romans, Books 6-10. In: *The Fathers on the Church*. Washington: The Catholic University of America Press, 2002, Vol. 104, p. 36, 37.

³ LLOYD-JONES, Martin. *Romanos: exposição sobre os capítulos 7:1-8:4 – a Lei: suas funções e seus limites*. São Paulo: PES, 2001, p. 233.

cristã, acreditamos que há algumas pistas para a possível identidade do “eu” descrito pelo apóstolo. Nossa investigação obedecerá alguns pressupostos que parecem lógicos: 1) o personagem é alguém do conhecimento de Paulo e dos destinatários de sua carta, mesmo que não pessoal e diretamente, algo muitíssimo oportuno para que a mensagem pretendida pudesse ser apreendida; 2) de alguma forma, o suspeito deve ter tido algum contato, mesmo que indireto, com a cidade de Roma; 3) de acordo com o texto de Romanos 7, ele tem um biótipo judaico; 4) tem que ser alguém adequado ao propósito paulino de mostrar a impossibilidade de se viver pela Lei; 5) trata-se de uma pessoa que se tornou notória pelo que foi exposto no ponto anterior. Destarte, passamos a tratar de uma possibilidade de identificação do “eu” de Romanos 7 que, particularmente, pensamos ser plausível. A hipótese é a seguinte: quando escreveu Romanos 7, estaria Paulo refletindo a tradição histórica da composição do Evangelho de Marcos e a seqüência do seu capítulo 10? Listamos, a seguir, algumas pistas que podem sugerir isso.

1. UM CANDIDATO HIPOTÉTICO

Devemos compreender que toda realidade para um adulto, ou seja, para alguém que já atingiu um cabedal de conhecimentos que o capacita a refletir e tomar suas próprias decisões mediante ponderação, tem a tendência de se refletir de forma associativa. Em outras palavras, o indivíduo é levado a associar aquilo que pensa a uma situação real que se identifica com o cerne daquilo que está ponderando. É por isso que é comum ao homem, refletindo sobre determinada situação, lembrar de alguma ocasião em sua vida que se assemelha ou se adapta perfeitamente ao objeto de sua reflexão, ou mesmo de alguém que tenha passado por aquilo. A reflexão humana é integrativa. Buscamos subsídios concretos para basear nossas conclusões. Portanto, ao tratar do “eu” de Romanos 7, por se adaptar à vida comum de muitos não-crentes, especialmente judeus (aqueles com quem Paulo mostra maior afinidade na carta por serem o seu povo), é muito provável que o apóstolo tenha refletido sobre muitos episódios de sua vida pregressa e da vida de conhecidos que ainda viviam na prática do judaísmo. Certamente isso não elimina a possibilidade de ter um molde concreto pré-estabelecido. É difícil imaginar que Paulo não teve em mente absolutamente nenhuma identidade do “eu” quanto escreveu Romanos 7. É importante ponderar que o apóstolo estava tratando de uma situação real. Ele não estava construindo uma história.

Outro argumento está baseado no realismo pretendido por Paulo para o texto. Ele estava tratando da tragédia humana contra a qual labutava em seu ministério, a saber, a terrível condição do homem sem Cristo, algo que caracterizava judeus e gentios. Para refletir tal realidade, ele teria que, necessariamente, espelhar a condição daqueles que conhecia, a fim de extrair os elementos verdadeiros e dar uma face real ao “eu” inominado. O assunto era

presente e concreto demais na experiência passada de Paulo e dos judeus para ser tão somente fruto da imaginação apostólica. Colocando esse fato de outra forma, seria impossível, especialmente para o judeu cristão, olhar para o seu passado e não se identificar com o “eu” referido por Paulo em toda a unidade dos versos 7-25, como uma referência ao não-regenerado.

Entretanto, seria de se esperar que o apóstolo não refletisse apenas a evidência experimental, isto é, as diversas pessoas que se enquadravam no “eu”, a começar de seu próprio passado, mas buscasse, como era seu método, amparo na revelação bíblica para isso, ou fazendo alusão a alguma tradição evangélica sobre a vida de Cristo bem conhecida dos cristãos de sua época. Se admitirmos a segunda possibilidade, sugerimos que nenhum personagem se adaptaria melhor ao “eu” não-regenerado de Romanos 7 do que o jovem rico, descrito por João Marcos em seu evangelho (Mc 10.17-22). A plausibilidade dessa hipótese pode ser percebida nos pontos a seguir.

2. A ANTIGUIDADE DO EVANGELHO DE MARCOS

Na atualidade, há praticamente uma unanimidade entre os estudiosos sobre a antiguidade do Evangelho de Marcos.

2.1 *A autoria do evangelho*

Embora o texto grego não traga indicação do autor, não há razões convincentes para desacreditar da tradição histórica que o atribui a Marcos. Cullmann argumenta que, se fosse o caso de terem criado um autor para o livro, ele seria, preferencialmente, intitulado com o nome de algum dos apóstolos, visando conceder maior peso de autoridade ao escrito.⁴ Gundry, concordando com a autoria marcana, explica que o Evangelho de Marcos deriva seu nome de João Marcos, companheiro de Paulo, Barnabé e Pedro mencionado no Livro de Atos. O referido autor continua seu arrazoado referindo-se a um escrito de Papias, um dos pais da igreja, que viveu no segundo século da era cristã, afirmando

que Marcos anotou cuidadosamente, em seu evangelho, as reminiscências de Pedro sobre a vida e os ensinamentos de Jesus, embora nem sempre em ordem cronológica ou retórica, porquanto seu propósito era o da instrução espiritual, e não fazer uma crônica artística dos acontecimentos.⁵

⁴ CULLMANN, Oscar. *A formação do Novo Testamento*. 9. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2004, p. 24.

⁵ GUNDRY, Robert H. *Panorama do Novo Testamento*. 4. ed. São Paulo: Vida Nova, 1989, p. 85, 86. Ver também: BRUCE, F. F. *Merece confiança o Novo Testamento?* 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1990, p. 47; HARRISON, Everett. *Introducción al Nuevo Testamento*. Grand Rapids: Subcomision Literatura Cristiana de la Iglesia Cristiana Reformada, 1987, p. 175.

2.2 Local de origem

Embora não haja concordância na tradição antiga quanto ao local de origem do Evangelho de Marcos, é interessante observar que parece ser a cidade de Roma. Alguns testemunhos antigos indicam essa possibilidade, como o prólogo antimarcionita de Marcos, Tertuliano e Irineu.⁶ Eusébio de Cesaréia explicita isso,⁷ declarando também a concordância de Clemente de Alexandria.⁸ Segundo nos parece, dentre as outras evidências que podem ser levantadas para apoiar essa idéia, as principais são as seguintes:⁹ a) a grande ocorrência de latinismos no livro (por exemplo, λεγιών – “legião”, em 5.9; σπεκουλάτορ – “soldado romano responsável pela guarda de um prisioneiro”, em 6.27; δηνάριον – “denário”, em 6.37); b) a referência em Marcos 15.21 a Alexandre e Rufo, sugerindo que o último talvez tenha tido contato com Marcos em Roma, pois é citado por Paulo na carta àquela igreja (Rm 16.13); c) Pedro cita a companhia de Marcos em Roma no início da década de 60 d.C. (1Pe 5.13); d) por volta do ano 66 d.C., antes do seu martírio em Roma, Paulo solicita a presença de João Marcos (2Tm 4.11b); e) o evangelho possivelmente foi endereçado a uma audiência gentílica, uma vez que fornece a tradução de termos que seriam de fácil entendimento para os judeus: *Boanerges* (Mc 3.17), *talita cumi* (5.41), *Corbã* (7.11), *Efatá* (7.34) e *Abba* (14.36). Portanto, como diz Gundry: “Provavelmente, Marcos escreveu para leitores romanos”.¹⁰

2.3 Data do documento

A data de sua composição parece ser mais apropriada se localizada entre os anos 40 e 65. As seguintes evidências indicam, como maior probabilidade, o início desse período:¹¹ 1) conforme Eusébio, foi durante o reinado de Cláudio

⁶ HENDRIKSEN, William. *Marcos*. In: *Comentário do Novo Testamento*. São Paulo, Cultura Cristã, 2003, p. 21, 22; CARSON, D. A. et al. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1997, p. 107; TENNEY, Merrill C. *O Novo Testamento: sua origem e análise*. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995, p. 165; HARRISON, *Introducción al Nuevo Testamento*, p. 176.

⁷ “O evangelho segundo Marcos foi elaborado da seguinte forma: Pedro anunciava a palavra publicamente em Roma e explicava o evangelho guiado pelo Espírito. Os numerosos ouvintes insistiram para que Marcos, seu companheiro por muito tempo e, por isso, bem lembrado de suas palavras, transcrevesse o que ele havia dito. Marcos o fez e transmitiu o evangelho aos que lho haviam pedido”. EUSÉBIO DE CESARÉIA. *História Eclesiástica. Coleção Patristica*. São Paulo: Paulus, 2000, Vol. 15, p. 14.

⁸ “Tendo conhecimento disto, Pedro nada aconselhou que o impedisse ou estimulasse a escrever. Por fim, João, ciente de que o lado humano havia sido exposto nos evangelhos, escreveu, impelido pelos discípulos e divinamente inspirado pelo Espírito, um evangelho espiritual. Eis o que refere Clemente” (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, p. 14, 15).

⁹ Para uma lista mais completa, ver CARSON et al., *Introdução ao Novo Testamento*, p. 107. Ver também HENDRIKSEN, *Marcos*, p. 25; CULLMANN, *A formação do Novo Testamento*, p. 24, 25.

¹⁰ GUNDRY, Robert H. *Panorama do Novo Testamento*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1989, p. 89.

¹¹ HENDRIKSEN, *Marcos*, p. 27.

(41-54 d.C.) que Pedro foi a Roma; 2) a existência de manuscritos que indicam que o Evangelho de Marcos foi escrito dez ou doze anos após a ascensão de Jesus, o que estabeleceria a data de sua escrita por volta de 42 d.C.; 3) a descoberta de um fragmento do Evangelho de Marcos em Qumran que foi datado por volta do ano 50 d.C. Todavia, deve ser considerado, como Tenney afirma com propriedade, que embora as fontes históricas, em uníssono, concordem com a autoria marcana e liguem o seu conteúdo à pregação de Pedro, elas “estão em desacordo a respeito da relação do Evangelho com o tempo da vida de Pedro”.¹² De acordo com o referido autor, em contraste com Clemente e Orígenes, Irineu parece sugerir que o segundo evangelho foi escrito postumamente a Pedro, por volta dos anos 65 a 68 d.C.¹³ Entretanto, para a viabilidade da hipótese que levantamos presentemente, da correlação de Marcos 10 com Romanos 7, é condição *sine qua non* a origem “romana” do evangelho em questão.

3. A UTILIDADE DO EVANGELHO DE MARCOS PARA OS PROPÓSITOS DE PAULO QUANTO AOS ROMANOS

Com base nessas informações, percebemos que o Evangelho de Marcos era um material de grande importância para Paulo em seu relacionamento com a igreja de Roma. Certamente, como apóstolo que era, Paulo tinha registro escrito de tradições da igreja sobre a vida de Cristo, o que incluía o Evangelho de Marcos. Para os romanos, se foi realmente escrito ali por Marcos sob a autoridade de Pedro, o Evangelho de Marcos seria o mais conhecido e apreciado, por estar relacionado especialmente àquela igreja e cidade. Era o Evangelho de Pedro para a igreja de Roma. Destaca-se aqui outro elemento importante: Paulo não era o fundador daquela igreja e jamais havia visitado aquela comunidade. Assim, seria natural lançar mão de algo que o identificasse com os irmãos romanos, que o aproximasse mais de seu público alvo e, mais ainda, de um material ao qual pudesse se referir que fosse de pleno e inquestionável conhecimento comum: o Evangelho de Marcos.

3.1 A popularidade da passagem

A tradição histórica do encontro de Jesus com o homem rico é de indiscutível força na igreja primitiva. Uma forte evidência disso é sua ocorrência nos três evangelhos sinóticos (Mt 19.16-30; Mc 10.17-31; Lc 18.18-30). O tema tratado nessa passagem seria de particular relevância para que Paulo o utilizasse em sua argumentação aos romanos. O jovem judeu se dirige a Cristo perguntando: “Bom mestre, que farei para herdar a vida eterna?” (Mc 10.17). Para repelir o conceito de aprovação por meio da Lei, demonstrado pelo moço, Jesus, embora fosse realmente perfeito e bom, confronta-o com seu conceito

¹² TENNEY, *O Novo Testamento*, p. 165.

¹³ *Ibid.*, p. 165, 166.

de justiça meritória, baseada na simples avaliação exterior. Sob esse prisma, Cristo lhe responde de forma surpreendente: “Ninguém é bom senão um, que é Deus” (v. 18). Dessa forma, Jesus estabelece uma barreira intransponível entre aquilo que o judeu chamava de justiça e a verdadeira justiça, que é vista unicamente na santidade e perfeição divinas. Se o diálogo tivesse sido interrompido aqui, certamente a incompetência do homem para produzir a justiça agradável a Deus já estaria completamente afirmada. Tivesse ali o colóquio terminado, a mensagem pretendida teria sido dada nitidamente.

Todavia, o próprio Cristo dá andamento à conversa, com o claro objetivo de dirimir toda e qualquer dúvida sobre o assunto. Diz o Senhor: “Sabes os mandamentos...” (v. 19). Jesus estimula aquele judeu, apoiando sua argumentação exclusivamente na Lei. Certamente, nada há de errado com a Lei. Sua ineficácia se deve ao homem, à sua impiedade natural. Imediatamente, nosso Senhor lista mandamentos que tangem a esfera dos relacionamentos humanos, no trato de pessoas e bens materiais, ou seja, os últimos seis mandamentos do Decálogo. Isso é relevante, pois, implicitamente, percebemos que não é questionado o desejo daquele homem de buscar o Deus de Israel através da religião estabelecida, mas o resultado dessa sua suposta fé no dia-a-dia de sua vida. Entretanto, Cristo omite deliberadamente o décimo mandamento, certamente por ser o grande problema, não apenas daquele jovem, mas de todo judeu.

É de grande importância observar que todo o diálogo travado na narrativa do chamado “jovem rico” tem como base a suficiência da Lei para se herdar a vida eterna. Mais do que isso, a resposta dada por Cristo considerou exatamente a ausência, impossível de não ser notada, do décimo mandamento: a proibição quanto à cobiça. A cobiça é a raiz de todo pecado humano. É possível que Paulo tenha pensado em Adão quando construiu a experiência histórica do pecador.¹⁴ Mesmo se for o caso de ter em mente o ocorrido com o jovem rico, isso não descarta tal possibilidade. É necessário lembrar que o que está sendo sugerido é apenas uma semelhança da seqüência temática na comparação entre Marcos 10 e Romanos 7. É inegável que a cobiça esteve presente no coração de Eva e na solidariedade de Adão quando desobedeceu, estimulado pela mulher. A partir da queda, a cobiça se tornou a marca de todo ser caído. Segundo Schreiner, é o pecado fundamental daqueles que têm prazer naquilo que é contrário à vontade de Deus.¹⁵ Ela caracteriza o mais profundo da exis-

¹⁴ CRANFIELD, C. E. B. *The Epistle to the Romans*. In: *The International Critical Commentary*. Vol. 1. Edinburgh, T. & T. Clark, 1987, p. 341; MOUNCE, Robert H. *Romans*. In: *The New American Commentary*. Broadman & Holman, 1995, p. 164; BARTH, Karl. *Carta aos Romanos*. São Paulo: Novo Século, 2002, p. 380ss; STUHLMACHER, Peter. *Paul's Letter to the Romans*. Louisville, Kentucky: Westminster/John Knox, 1994, p. 104ss.

¹⁵ SCHREINER, Thomas R. *Romans*. In: *Baker Exegetical Commentary on the New Testament*. Grand Rapids: Baker Academic, 2005, p. 368.

tência humana. É o pecado que origina todos os outros. É exatamente nesse sentido que a cobiça está diametralmente oposta ao primeiro mandamento. Não apenas a disposição nas tábuas da Lei sugere isso. A cobiça implica a tendência do ser humano de ser deus para si mesmo. Ao invés de se submeter ao único Soberano Senhor, o homem firma sua autonomia, como se a criatura pudesse garantir sua própria criação e manutenção. A cobiça daquele rico judeu, seu apego àquilo que possuía, mostrou que ele servia aos seus próprios desejos e não a Deus, embora procurasse guardar os outros mandamentos.

São exatamente esses os temas usados por Paulo na experiência do “eu” de Romanos 7. O seu objetivo foi mostrar a total ineficácia da Lei, especialmente em virtude da cobiça natural, o “pecado original”. Quanto a isso, acreditamos não haver melhor exemplo nos evangelhos que o encontro de Jesus com aquele jovem aristocrata judeu.

4. A SEQUÊNCIA DO TEXTO

Como já dissemos, parece haver certo paralelismo na sequência dos textos, um fator muito interessante que dá base à hipótese da identidade do “eu” de Romanos 7. Não apenas Marcos, mas também os outros dois sinóticos, apresentam a mesma sequência de situações que pode ter sido utilizada por Paulo para compor todo o capítulo 7 da sua epístola à igreja de Roma. Se, de fato, o Evangelho de Marcos foi escrito em Roma, como já foi discutido, esse argumento se reveste de alguma plausibilidade. Vejamos como seria:

4.1 A questão do divórcio (Mc 10.1-10) e a analogia do casamento (Rm 7.1-3)

É muito interessante observar que tanto Marcos 10 quanto Romanos 7 iniciam tratando do tema da possibilidade de outro casamento. No evangelho, Jesus faz referência à Lei Mosaica, na qual havia a prescrição da possibilidade de divórcio (v. 3,4). Ele deixa claro que o divórcio não é apenas uma questão legal, como o judeu aparentemente cria, mas envolvia a própria ordem da criação (v. 6-8). O divórcio é algo que contraria o princípio da vida originada por Deus e, portanto, tende à “não-criação”, à não-existência. Em outras palavras, o divórcio é autodestrutivo para a raça humana. De certa forma, o próprio Cristo está afirmando que a ordem da criação está além da Lei, como um princípio absoluto que já existia e que vai existir mesmo quando ela perder a sua validade, no novo céu e na nova terra. É digna de nota a referência ao adultério feita no texto (v. 11,12).

É inegável que Paulo poderia encontrar em Marcos 10.1-10 os temas necessários para compor Romanos 7.1-3. Relembremos que a hipótese repousa na coincidência temática da sequência, não na exatidão do significado e aplicação. Se, quando o apóstolo estava se dirigindo à igreja de Roma, veio à sua mente a figura do jovem rico para representar o homem sem Cristo, o contexto de

Marcos 10 poderia tê-lo “inspirado” na própria composição do capítulo 7 e na transição para o capítulo 8, adaptando os temas segundo a sua necessidade.

Para falar da nova realidade de vida do crente utilizando a figura do casamento, o divórcio não seria adequado. Ele não é recomendado nas Escrituras, mas permitido e tolerado como única e última alternativa para casamentos que já se encontram desfeitos devido à infidelidade conjugal. Também, para Paulo, o divórcio não se coadunaria com o que pretendia transmitir, pois, se o marido ainda continuasse vivo, isso manteria algo dos efeitos do casamento anterior sobre a esposa divorciada, atraindo alguma influência e ligação do passado para o novo matrimônio. Contudo, isso não ocorre no caso da morte da própria pessoa casada. Tal idéia *sui generis* faz com que nenhuma lei possa se aplicar a tal situação. Uma vez que o marido é, na analogia do casamento, correspondente à Lei, falar de sua morte seria equivalente a dizer que a Lei foi anulada ou abolida. Para fugir de tal conclusão, é a mulher, ou seja, o crente que morre para a Lei. Por outro lado, se a mulher casada se unisse a outro homem, tornaria-se adúltera. O próprio texto de Marcos 1.1-10 trazia para Paulo as normas que regeriam o molde da sua analogia nos primeiros versículos de Romanos 7. Se Paulo foi realmente influenciado por Marcos 10, talvez isso explique o “porquê” de ter usado a figura do casamento, que exigiu dele a elaboração de um novo formato que se coadunasse ao seu propósito.

4.2 Jesus abençoa as crianças (Mc 10.13-16) e o frutificar para Deus (Rm 7.4-5)

Sem sombra de dúvida, esse é o ponto mais fraco da validade da hipótese da comunalidade temática entre Marcos 10 e Romanos 7. Todavia, ela é possível, sendo fortalecida especialmente pela plausibilidade da sequência dos demais temas. Primeiramente, é importante observar aquilo que o próprio Marcos faz questão de enfatizar no verso que inaugura o capítulo: Jesus estava com seus discípulos na Judéia. Com isso, certamente, queria mostrar a presença de Jesus no meio de judeus daquela região. Assim, na composição de seu evangelho, é impossível acreditar que Marcos não quis causar o contraste entre as crianças (Mc 10.13-16) e o jovem judeu rico (Mc 10.17-22). Enquanto as crianças receberam o reino sem nenhuma obra da Lei, o jovem rico buscou abrigo no seu suposto cumprimento da Lei, desprezando a cobiça de seu coração. É possível que tenha sido exatamente a declaração de Jesus àquelas crianças que estimulou o jovem a sair correndo atrás dele pelo caminho perguntando sobre “herdar o reino”, precisamente aquilo que Cristo havia acabado de dizer que caracterizava a realidade das crianças (comparar os v. 14,15 com o v. 17).

Acreditamos que o grande ensinamento da passagem sobre os pequeninos está em seu modelo de dependência de Deus. A criança tem convicção das suas limitações e, sem maiores impedimentos, recorre aos seus pais para que suas necessidades sejam supridas. As crianças são conscientes de que

não têm competência para sobreviver à parte daqueles que zelam por elas. Se Paulo foi influenciado pela seqüência de acontecimentos de Marcos 10, lia a passagem observando que os pequeninos vivem “sem lei”. Obviamente, eram ensinados desde cedo, mas não se esperava que tivessem o mesmo compromisso com ela como tinham os adultos. Uma prova disso é que eram representadas na aliança pelos seus pais. Curiosamente, é essa idéia que o apóstolo utiliza nos versos 4 e 5 de Romanos 7, afirmando o fato de estarmos mortos para a Lei. É igualmente inegável que Cristo esteja tomando a figura da criança para falar da realidade do homem escatológico, que vive o fato do reino presente. O frutificar que Paulo afirma ser o resultado natural daquele que já morreu com Cristo encontra paralelo harmonioso com a “consciência infantil” daquele que entra no reino. Frutificar para Deus, na concepção paulina, é viver morto para a Lei, sob a graça e não sob a Lei, exatamente a condição exigida para se receber o reino de Deus como criança (Mc 10.15).

Talvez haja outra ligação temática com Marcos se entendermos que a referência ao “frutificar” (Rm 7.4,5) seja a figura dos “filhos gerados do casamento”, ou seja, o resultado natural esperado no matrimônio.¹⁶ Todavia, levantar isso como argumento seria basear a hipótese sobre algo que já é disputado. Porém, embora não haja uma ligação clara, com respeito aos termos, entre as passagens da bênção sobre os pequeninos e a responsabilidade de frutificar, ela existe no assunto propriamente dito.

4.3 O apego às muitas propriedades do rico (Mc 10.21-22) e a letra da lei (Rm 7.6)

Já vimos alguma coisa sobre a cobiça demonstrada pelo jovem rico, mas não terminamos a sua história. Em resposta à condição imposta por Jesus a ele, a saber, cumprir os mandamentos mencionados, aquele homem afirma que os cumpria desde a “juventude”. O uso do termo νεότητος é uma provável referência ao momento no qual assumiu a sua maioridade, ainda em sua adolescência. Ele parece querer, de alguma forma, se aproximar e se identificar com aquilo que Jesus disse da realidade anunciada às crianças que foram por ele abençoadas.

Longe de ser algo relacionado ao desejo sexual, como é defendido por Gundry,¹⁷ a cobiça desse jovem envolvia o desejo materialista de ser grande aos olhos dos homens, especialmente pelo acúmulo de bens materiais. Tal realidade torna-se translúcida ao observarmos o desafio de fé colocado por

¹⁶ CRANFIELD, *The Epistle to the Romans*, p. 336, 337; LLOYD-JONES, *Romanos – exposição sobre os capítulos 7:1–8:4*, p. 91, 92.

¹⁷ GUNDRY, Robert L. The Moral Frustration of Paul before his Conversion: Sexual Lust in Romans 7.7-25. In: HAGUE, Donald; HARRIS, Murray J. (Orgs.). *Pauline Studies: Essays Presented to Prof. F. F. Bruce on his 70th Birthday*. Grand Rapids: Eerdmans, 1980, p. 229–245.

Jesus a ele: “Só uma coisa te falta: Vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; então, vem e segue-me” (v. 21), e sua consequente atitude: “Ele, porém, contrariado com esta palavra, retirou-se triste, porque era dono de muitas propriedades” (v. 22). Por ser apegado apenas exteriormente à Lei, ele ajuntava tesouros corruptíveis na terra, não no céu (Mt 6.19-21). Na verdade, temos aqui um tema abordado por Paulo em Romanos 7.6 como uma espécie de transição para introduzir o personagem “eu” na sequência do texto. Ali o apóstolo distingue, para os crentes de Roma, a verdadeira obediência da Lei como sendo aquela interior, ocasionada exclusivamente pelo Espírito de Deus. A “caducidade da letra” aponta para as tábuas de pedra recebidas por Moisés no Monte Sinai, as quais, por sua vez, simbolizam a Lei morta e exterior, impossível de ser cumprida pelo homem. A “novidade de espírito” diz respeito à era escatológica sob a graça, a cidadania do reino, que é a realidade de vida de todo regenerado. Essa Lei é escrita no coração, possibilitada pelo Espírito Santo que faz morada no crente. Assim, como bem observa Hoekema, em Romanos 7.6 Paulo estabelece o contraste que fará nos capítulos 7.7-25 e 8.1ss entre aqueles que vivem pelos seus próprios esforços e aqueles que recebem gratuitamente o Espírito pela graça.¹⁸ Esse verso se harmoniza com o contraste que a situação do jovem rico estabelece. Ele vivia pela Lei exterior, deixando a cobiça, que é interior, sem solução. O tesouro oferecido por Cristo a ele era uma riqueza espiritual, ou seja, a habitação do reino de Cristo que ele teria se tivesse tomado a decisão correta (Mc 10.21). Hipoteticamente, o “eu” descrito por Paulo vai mostrar o interior do jovem rico, não visto com tanta clareza na narrativa de Marcos.

4.4 A estrutura de Marcos 10.17-31 e Romanos 7.7-25

Uma das maiores dificuldades que os estudiosos têm encontrado em Romanos 7.7-25, especialmente aqueles que não dividem o texto em dois momentos históricos, em contraste com a linha que defende a trajetória do cristão,¹⁹ é explicar a mudança do tempo verbal. Os versos 7-13 são narrados

¹⁸ HOEKEMA, Anthony A. *O cristão toma consciência do seu valor*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1987, p. 63ss.

¹⁹ Podemos listar seis possibilidades de interpretar o “eu” de Romanos 7: 1) trata-se de uma personificação da história de Israel, principalmente quando da dádiva da Lei; 2) alude à caminhada do regenerado: os versos 7-13 referem-se ao período pré-regenerado, e os versos 14-25, à experiência do já convertido; 3) é uma autobiografia de Paulo: essa linha de interpretação defende a frustração de Paulo com referência à Lei, cujas obrigações assumira plenamente desde a adolescência; 4) aplica-se à queda de Adão: nesse caso, o pecado aludido no verso 8 é personificado e apresentado como se fosse a serpente no Éden; 5) reflete o dilema teológico de Paulo: o intérprete esforça-se para reconhecer alguns “becos” aos quais Paulo teria conduzido seu próprio raciocínio; 6) é o retrato de um não regenerado, sob a análise de um convertido: essa interpretação está baseada especialmente na força das expressões utilizadas pelo apóstolo no texto e no contexto da passagem.

no passado e os versos 14-25 no tempo presente. Olhando para a estrutura da passagem do jovem rico (Mc 10.17-31), percebemos uma possibilidade interessante. Tal texto é disposto da seguinte forma: primeiramente é apresentada a narrativa do encontro de Jesus com aquele judeu (v. 17-22); posteriormente, Marcos oferece a explicação/aplicação dada por Jesus, que se segue imediatamente (v. 23-31). Se admitirmos a influência desse texto na mente de Paulo ao escrever Romanos 7.7-25, poderíamos entender a mudança do tempo verbal exatamente da mesma forma. Na primeira parte (vs. 7-13), Paulo “narraria” o “eu”, construiria sua história, falaria de acontecimentos que foram decisivos para ele (isto é, o “eu”) e suas experiências: “outrora, sem lei, eu vivia”, “sobrevindo o preceito, reviveu o pecado, e eu morri” (v. 9), “pelo mesmo mandamento, me enganou e me matou” (v. 10). Contudo, é a partir do verso 14 que Paulo faz uma análise do “eu”, dissecando e analisando suas experiências interiores mais profundas, sem dúvida uma explicação/aplicação mais densa da existência do “eu” sem Cristo.

É nesse momento da explicação que encontramos outra semelhança muito interessante entre os textos. Em Marcos 10, Jesus estatui o princípio da incapacidade que o ser humano tem de se salvar (v. 24), em particular para aqueles que granjeiam o poder humano através de riquezas. Ele diz: “Quão dificilmente entrarão no reino dos céus os que têm riquezas” (v. 23). Após a surpreendente afirmação de Cristo, especialmente para o judeu que entendia a riqueza como sendo sinônimo de bênção de Deus, ele choca ainda mais sua audiência ao dizer: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus” (v. 25). Chama-nos a atenção, nesse ponto, a pergunta que emerge de forma incontida dos lábios dos discípulos: “Então, quem pode ser salvo?” (Mc 10.26). Assim como o “eu” de Romanos 7.24: “Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo dessa morte?”, também é mostrado o desespero daqueles que esperam a salvação na exterioridade da guarda dos mandamentos. Arriscamos dizer que, se o jovem rico tivesse permanecido no local e ouvido aquilo que Jesus declarou, ele poderia ter pronunciado o clamor de Romanos 7.24.

Embora tenham sido os discípulos aqueles que demonstraram toda a sua frustração com as palavras ditas por Jesus, certamente ainda estão refletindo o conceito errado que havia no coração deles, segundo o seu judaísmo natural. Eles refletem a mesma frustração de alguém que quer alcançar o favor de Deus pelo esforço próprio. A concepção da fé exterior ainda pode ser vista na declaração de Pedro: “Eis que nós tudo deixamos e te seguimos” (v. 28). O principal não era a exterioridade de abandonar as posses. Jesus não estava sugerindo um voto de pobreza, mas enfatizando que a verdadeira miséria e riqueza que os homens deveriam considerar são as da alma. A resposta de Jesus mostra a abundância espiritual já presente, por causa da realidade do reino,

e anuncia a concretização de toda a plenitude garantida aos crentes na vida eterna (v. 29-30). Os valores do homem natural, seus bens e posição social, nada valem na escala de valores do reino (v. 31).

Talvez encontremos aqui o motivo de Paulo ter voltado ao assunto da impiedade após ter declarado a graça em Cristo em Romanos 7.25. Não houve inversão de texto, nem mesmo seria uma digressão. Todavia, se o apóstolo foi influenciado pelo episódio do jovem rico, ao perceber que os discípulos reagiram à declaração de Jesus sobre a impossibilidade do rico entrar por si mesmo no reino afirmando que deixaram tudo por Cristo, ou seja, ainda refletiam basicamente a exterioridade da Lei, Paulo poderia concluir que aqueles que fazem essa leitura da vida, com a mente buscam a Lei de Deus, mas, segundo a carne, estão ainda escravizados pela cobiça (Rm 7.25). Isso se torna ainda mais sugestivo quando, na seqüência do texto, vemos a preocupação dos discípulos quanto às grandezas que eles teriam no reino (Mc 10.35-45). Nisso, eles estavam, ainda, refletindo o conhecimento natural do judeu, que precisava ser abandonado.

4.5 Predição da morte e ressurreição de Cristo (Mc 10.32-34) e a gratidão por Cristo (Rm 7.25)

É muito interessante observarmos que, na seqüência da passagem do jovem rico no Evangelho de Marcos, temos a antecipação da morte e ressurreição de Cristo. Aliás, os três sinóticos trazem esta mesma ordem, com a única diferença em Mateus, que insere a parábola dos trabalhadores na vinha (Mt 20.1-6) entre o jovem rico e a predição da morte e ressurreição de Jesus. De qualquer forma, a seqüência permanece a mesma. Se Paulo tinha diante de si o Evangelho de Marcos e tentou usar o jovem rico como modelo do “eu” de Romanos 7, certamente que a resposta ao clamor desesperado encontraria resposta tão somente na morte e ressurreição de Jesus. É possível que a figura do “corpo de morte” (Rm 7.24) expresse, em alguma medida, a idéia simbólica de sofrimento físico, motivada pela descrição precisa dos sofrimentos de Jesus em sua tortura e morte (Mc 10.34). Paulo teria sido influenciado a ver nos sofrimentos físicos de Cristo a agonia de alma advinda da frustração mediante o desastre pessoal resultante da confiança nas próprias forças. Tudo aquilo que Jesus experimentou nos confere a liberdade de tal sofrimento interior. O corpo de morte traduziria assim a tragédia da existência humana, em meio ao seu sofrimento de morte pelo afastamento de Deus. Para o crente, isso não mais existe, pois ele já morreu e ressuscitou com Cristo. Com esse tema, o apóstolo também encontraria a ligação para a seqüência do texto no capítulo 8. Para Paulo, o Espírito Santo é o Espírito de Cristo (1 Co 15.45; 2 Co 3.17; Gl 4.6), ligando, assim, a morte e ressurreição de Cristo a todo o contexto posterior de Romanos 8, que trata da realidade do salvo na era escatológica do Espírito.

CONCLUSÃO

Sumariando o que dissemos, o jovem rico supriria a necessidade de Paulo de mostrar a judeus e gentios que o homem não pode ser salvo pelo seu próprio esforço? Acreditamos que sim. Paulo poderia ter lançado mão desse exemplo por três motivos: primeiro, por ser mais ligado à sua própria experiência, ou seja, um antigo fariseu poderia avaliar com maior propriedade a frustração de alguém que quer viver pela Lei; em segundo lugar, por estar tematicamente mais de acordo com a natureza judaica dos temas tratados na carta aos Romanos; e, em terceiro lugar, sendo possuidor da legislação mosaica, o fracasso do judeu em cumprir a Lei reveste-se de importância especial para Paulo, enfatizando a incapacidade humana de alcançar o favor de Deus. Dessa forma, o argumento apostólico se torna fortíssimo: nem mesmo o povo a quem a Lei foi revelada conseguiu alcançar qualquer mérito para a salvação.

Na verdade, o “eu” de Romanos 7 não é exatamente o jovem rico, mas a hipótese sugere apenas a sua utilização como modelo do fracasso humano para judeus e gentios. É importante lembrar que Paulo nivela judeus e gentios na mesma condição de perdidos (Rm 2.1-16), indicando, assim, um único meio de salvação para ambos (Rm 11.32). Deve-se ainda destacar que a insinuação de que Marcos 10 está por trás de Romanos 7 restringe-se apenas aos temas tratados. Em outras palavras, Paulo teria achado material naquele evangelho, utilizando-o como um celeiro de idéias, adaptando-o àquilo que tencionava atingir. Contudo, uma pergunta se faz óbvia: se Paulo queria usar o exemplo do jovem rico de Marcos 10, por que não deixou isso claro através de uma citação, inferência ou referência direta ao personagem? Dois argumentos podem ser levantados: primeiramente, por se tratar tão somente de um molde; além disso, ele não poderia especificar o “eu”, pois acabaria por excluir judeu ou gentio. Se nomeasse o jovem rico, certamente afastaria o gentio por se tratar da experiência judaica. O revés é igualmente verdadeiro. Com certeza, sua intenção não era caracterizar explicitamente um judeu, embora seja inquestionável que o “eu” descrito é mais adequável à experiência judaica, por se falar em Lei, do que à do gentio. É nossa opinião que Paulo pretendeu um “eu” genérico, que se enquadrasse tanto ao judeu quanto ao gentio. Pelo que foi exposto, acreditamos na plausibilidade e sustentação da hipótese.

ABSTRACT

When one reads Romans 7.7-25, it comes to mind the need for a model or parameter for the description made by the apostle Paul. As we think about behavior, even unwillingly situations experienced by us or known to us are projected in our minds, like a movie, serving as a foundation for the specific attitude we are thinking about. Due to this phenomenon, as he described the “I” in Romans 7 it is likely that Paul remembered someone who “posed”, as

an ideal image in the apostle's mind, for the portrait he intended to paint. Who was this individual? In our opinion, it is plausible that he was the "young ruler" described in Mark 10. Actually, not the specific gospel character, but his model of a Jew attached to the law, who wanted, through the law, attain the kingdom of God. This hypothesis rests on the likelihood that Paul used Mark 10 for the composition of Romans 7. This way, the "I" described to the Romans would reflect, anonymously, the personality of a Jew attached to the law, the young aristocrat serving as a good example. Some facts are relevant to this conclusion: 1) the antiquity and historical tradition of the gospel of Mark, possibly written by John Mark in Rome, recording the presentation of Jesus' life made by Peter to the believers in that city; 2) the usefulness of that gospel to the apostle as he employed a common subject certainly known to his readership; 3) the sequence of themes in Mark 10 and Romans 7, which show clear mutual correspondence.

KEYWORDS

Young ruler; Gospel of Mark; The "I"; Epistle to the Romans; Thematic sequence; Pious Jew.